



# Agenda Brasil Sustentável

## Tema: Acesso e Gestão dos Recursos Hídricos

É hora de nossos candidatos se comprometerem para que o Brasil avance no caminho do desenvolvimento sustentável, com justiça social e participação popular.

A Agenda Brasil Sustentável é um conjunto de princípios e compromissos, condensados em sete eixos estratégicos, que tem por objetivo o comprometimento de candidatos aos cargos executivos estaduais e federal com o desenvolvimento sustentável do país, por meio de propostas concretas.

Busca também articular as políticas públicas nacionais com aquelas que definirão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

A plataforma não concorre e nem substitui iniciativas de organizações, inclusive as que o compõem. Ao contrário, quer fazer sinergia com elas antes, durante e após o período eleitoral, na proposição e no monitoramento dos programas apresentados pelos candidatos.

Os compromissos propostos para os candidatos se dividem em 7 eixos:

- Respeito aos limites do planeta
- Integridade e transparência
- Reforma Política e fortalecimento da democracia
- Garantia dos direitos com redução das desigualdades
- Economia para a sustentabilidade
- Valorização do trabalho
- Gestão Pública

Um dos compromissos dentro do eixo de Respeito aos limites do planeta é o **acesso e gestão dos recursos hídricos**. Todos sabemos que água é fonte de vida. É um importante recurso natural que abastece o ser humano em suas atividades diárias e em praticamente todos os processos econômicos, além de manter o equilíbrio dos ecossistemas. Mas nem por isso a água tem sido tratada com o devido cuidado no Brasil..

O Brasil detém cerca de 12% de toda água doce superficial do planeta. Estima-se que a Amazônia, por exemplo, contribui com aproximadamente 20% de água que flui dos continentes para os oceanos e que suas árvores evaporam diariamente 20 bilhões de toneladas de água doce que seguem regiões afora nas formas de rios voadores, evitando a aridez e garantindo terras férteis. (Pnuma e Otca 2008).

Mesmo diante de tamanha responsabilidade, não apenas para com sua população como também para o Planeta, o país falha na gestão dos recursos hídricos.



A deficiência no acesso e na gestão das águas expressa-se de maneira drástica na escassez e na contaminação dos mananciais. A falta de uma gestão integrada da água nas últimas décadas está na base de uma crise que já começou a dar sinais de que veio para forjar mudanças na forma de lidarmos com o problema.

Água deve ser assunto prioritário entre os candidatos que levam a sério o futuro da nação brasileira. Em 2014, São Paulo, a maior cidade do país, viu-se diante de uma escassez de água histórica. A baixa implementação de ações de recuperação e conservação das águas está na origem do problema que, embora localizado, serve de alerta para todas as regiões. O semiárido, com a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas, é castigado cada vez mais.

Não há um estado ou um município brasileiro que esteja a salvo de enfrentar sérios problemas com a água. Poucos estados e raros municípios estão fazendo o “dever de casa” de tratar com cuidado os rios, córregos e nascentes. Esgotos e agrotóxicos invadem os cursos d’água. O desperdício começa nas torneiras das casas e vai até as indústrias. Qualquer proposta de política pública em relação à água deve considerar a complexidade do assunto: água tem a ver com saúde, agricultura, segurança alimentar, saneamento, produção industrial, lazer e bem estar, educação, desmatamento, mudança climática e governança.

Água tem a ver com cidadania.

Uma atenção especial merece o Semiárido Brasileiro, região que secularmente sofre as conseqüências das secas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no país mais de quatro milhões de famílias agricultoras camponesas. Destas, 50% vivem no Nordeste, a maior parte delas no Semiárido, região de um milhão de Km<sup>2</sup>.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais da metade da população do Semiárido é vítima da fome, da má-nutrição e, principalmente, não tem acesso à água de qualidade para o consumo. Esta parcela representa mais de dois terços dos pobres do meio rural da região. Tal situação não é resultado das limitações do meio ambiente ou das ações das populações locais. As causas são, sobretudo, de natureza política, pois falta uma política pública adequada à convivência no semiárido, e se expressam na enorme crise socioambiental que vivemos. No Semiárido uma pessoa ainda pode gastar até 36 dias por ano exclusivamente em busca de água para atender às necessidades básicas de sua família.

Para superar essa situação, sugere-se ao novo governo do Brasil, que iniciará seu mandato no ano de 2015, as seguintes metas:

- Fortalecer e adequar às realidades regionais a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Planejar de modo integrado, com a participação efetiva da sociedade civil organizada, a gestão das águas em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Destinar 0,5 % do PIB para a gestão e manejo dos recursos hídricos;



- Implantar mecanismos financeiros para incentivar a recuperação dos nossos rios;
- Implementar política pública voltada à proteção das reservas hídricas, que contemple estratégias para garantir o abastecimento de água de qualidade e a revitalização de nossos rios que estão morrendo.

#### Ações prioritárias:

- Transformar a gestão da água numa agenda estratégica nacional;
- Fortalecer a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- Destinar 0,5% do PIB para investimentos específicos na gestão e manejo dos recursos hídricos;
- Garantir recursos para o SINGREH por meio de um fundo específico para a água e, em especial, garantir a estruturação e funcionamento dos comitês de bacias;
- Estimular a implantação da cobrança pelo uso da água nas bacias em que este instrumento ainda não ocorre, e abrangendo todos os setores econômicos;
- Implantar os programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) para que os proprietários rurais possam recuperar e preservar os mananciais;
- Articular as políticas e instrumentos de gestão dos recursos hídricos com outras políticas dos setores: energético, agrícola, industrial e de transportes;
- Inverter a forma de remuneração das companhias de abastecimento para valorizar a gestão centrada no estímulo à melhoria da gestão, e não no aumento do consumo;
- Garantir que as obras de infraestrutura que tenham impacto sobre as águas sejam feitas com diálogo, buscando alternativas para sua implantação quando for o caso ou garantindo políticas de mitigação dos impactos destas obras;
- Investir em uma sólida campanha educativa envolvendo todos os segmentos da sociedade para mudar o comportamento do consumidor que desperdiça água;
- Ampliar ações de acesso, gestão e estocagem de água para beber, produzir alimentos e demais usos domésticos, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2) que a ASA BRASIL vem desenvolvendo no Semiárido;
- Defender o desenvolvimento de Tecnologias Sociais adaptadas às características de cada bioma, com a participação ativa das mulheres e da juventude, de forma a diminuir a sobrecarga do trabalho feminino e infanto-juvenil

Assinam\* estas propostas de partida as seguintes organizações:

Fundación Avina

Programa Saúde e Alegria

WWF – Brasil

International Rivers



\* Outras organizações podem aderir ao logo da circulação do documento.

Vale também ressaltar que as organizações que aderem a estas proposições podem ter outras que não estão aqui explicitadas, considerando estas como pontos em comum neste coletivo.